Revista Comunicação Cultura & Sociedade
ISSN: 2317-7519
DOSSIÊ IV COLÓQUIO MATO-GROSSENSE DE EDUCOMUNICAÇÃO
EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL, INTERCULTURAL E INDÍGENA
Edição 19, V. 12, Ano 11, Nº 1, 2026

# CONFERÊNCIA DE ABERTURA DO IV COLÓQUIO MATO-GROSSENSE DE EDUCOMUNICAÇÃO. EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL, INTERCULTURAL E INDÍGENA, MINISTRADA PELO PROFESSOR DOUTOR ISMAR DE OLIVEIRA SOARES[1], PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES E PROFISSIONAIS EM EDUCOMUNICAÇÃO (ABPEducom)[2] [3]

Muito obrigado pelo convite para estar com vocês e poder colaborar, na verdade aprender (Figura 1). Minha meta aqui é apresentar uma introdução ao tema da educação ambiental a partir da educomunicação, que se torna nesse momento, muito urgente de ser implementado e, seguido.

**Figura 1** – Prof. Ismar apresenta Os Inícios




Fonte: @educomjor (YouTube, 2025).

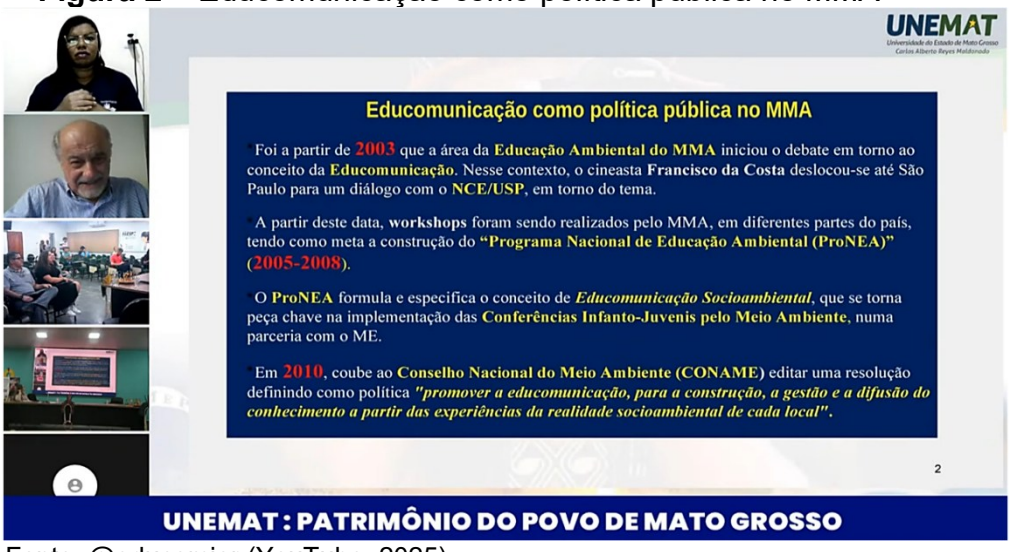
Quando falamos de inícios, estamos falando de uma história que teve um começo, que está tendo um começo, e que ainda tem um longo processo pela frente. Em 2003, há pouco mais de vinte anos, nós do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE), da Universidade de São Paulo (USP), fomos surpreendidos com a visita do cineasta Francisco da Costa, que era membro da área de educação ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), para conversar a respeito do dia



[1] Prof. Dr. Ismar Soares de Oliveira, Presidente da ABPEducom. Docente Sênior USP. E-mail: secretariageral@abpeducom.org.br
[2] EDUCOM JOR. Mesa 1. **IV Colóquio Mato-Grossense de Educomunicação**. YouTube, vídeo (a partir dos 67 min. conferência de Ismar de Oliveira Soares), 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EVGpeaJmV1s Acesso em: 9 out. 2026.
[3] Produção Textual (transcrição de áudio e vídeo, edição de imagens e formatação ABNT): Profa. Dra. Sonia Regina Soares da Cunha, E-mail: reginacunha@alumni.usp.br

da comunicação. A questão que se colocava naquele momento, pela então ministra Marina da Silva (2003 a 2008), é que a mídia no seu agir cotidiano, olhava para o meio ambiente apenas a partir da perspectiva de reportar desastres, ou algum fato novo que acontecesse. Mas, o assunto era esquecido no dia seguinte, e a ministra Marina buscava uma plataforma (embora essa expressão ainda não fosse utilizada na época). Na verdade, a ministra Marina buscava um roteiro de trabalho, uma proposta de mobilização social que apresentasse a questão do Meio Ambiente como tema central. Então, ela decidiu trabalhar a comunicação. A partir desse momento, o MMA iniciou uma série de *workshops* em Brasília, e em outras cidades brasileiras. Lembro-me de um *workshop* em Salvador, em que o tema colocado em pauta destacava o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), que desenvolve e aplica o conceito de Educomunicação Socioambiental (Figura 2), uma peça-chave na implementação da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), numa parceria com o Ministério da Educação (MEC). Em 2010, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) editou a Resolução CONAMA nº 422[4], definindo como política nacional "promover a educomunicação, para a construção, a gestão, e a difusão do conhecimento a partir das experiências da realidade socioambiental de cada local".

**Figura 2** – Educomunicação como política pública no MMA




Fonte: @educomjor (YouTube, 2025).

[4] **Resolução CONAMA nº 422**, de 23 de março de 2010. Disponível em: https://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12991 Acesso em: 9 out. 2026.

A partir do conhecimento gerado nesses encontros, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) desenvolveu uma ilustração, (Figura 3) que buscava representar as diferentes etnias e as diferentes condições humanas. Um projeto desenvolvido a partir do conceito central da educomunicação. Essa é a perspectiva que está sendo trabalhada nos últimos vinte anos: uma Educomunicação Socioambiental em diálogo, uma construção conjunta. O MMA compreendeu que essa era a maneira pela qual os grupos sociais do Brasil poderiam estar permanentemente envolvidos na luta pela preservação e proteção do Meio Ambiente.

**Figura 3** – Diálogo Educomunicacional entre todos e todas




Fonte: @educomjor (YouTube, 2025).

O Programa de Educomunicação Socioambiental[5], do Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2005), apresenta uma proposta para uma política nacional que ultrapassa a conscientização, e que fala diretamente com os gestores locais, com a sociedade civil, com a juventude, com o sistema educacional, com os meios de comunicação, e que é a base referencial de práticas de comunicação educativa ambiental.

A proposta que se colocava era evitar a burocratização desse trabalho para poder levar conhecimento sobre o meio ambiente. O Ministério do Meio Ambiente

[5] **Programa de Educomunicação Socioambiental**. Série Documentos Técnicos – 2. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 2005. Disponível em: https://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/progr_educom.pdf Acesso em: 9 out. 2026.

queria continuar o processo de construção do projeto, seguir ouvindo toda a sociedade.

Para isso, o Ministério estabeleceu como princípios (Figura 4) do Programa de Educomunicação Socioambiental os seguintes pontos:

1. Dialogismo e Interatividade;
2. Transversalidade e Intermidiaticidade;
3. Encontro e Integração;
4. Proteção e Valorização do Conhecimento Tradicional e Popular; e
5. Acessibilidade e Democratização dos Processos.

**Figura 4** – Programa Educomunicação Socioambiental (MMA, 2005)




Fonte: @educomjor (YouTube, 2025).

O Ministério do Meio Ambiente buscava desenvolver um ensino sobre o meio ambiente a partir da prática social, do diálogo social, da integração social, ouvindo especialmente o conhecimento tradicional e popular. Assim, temos a perspectiva da Educomunicação Socioambiental como um programa público voltado e direcionado exatamente para a perspectiva freiriana[6] de fazer educação.

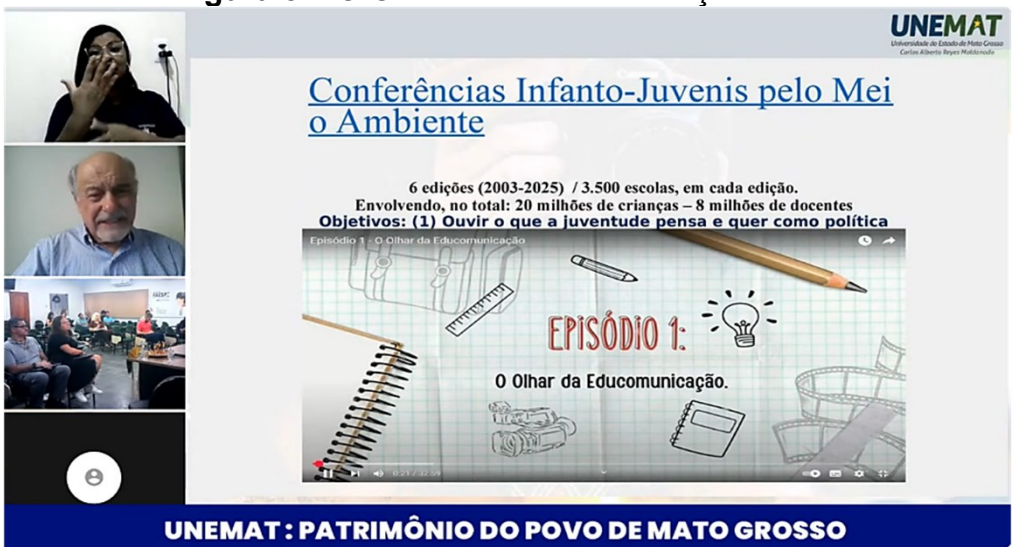
O primeiro grande passo desse trabalho do MMA foi a criação da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), que em 2025, realiza a sexta edição, uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Ministério da Ciência,

[6] A "perspectiva freiriana" baseia-se no legado educacional de **Paulo Freire**, com foco em uma educação libertadora, crítica e humanizadora.

Tecnologia e Inovação (MCTI). Foi muito importante vermos e testemunharmos que a ministra Marina da Silva e a equipe do Ministério compreendia que a liderança desse processo deveria ser assumida pela juventude. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC)[7] ao longo de cinco edições (2003-2018), a conferência envolveu mais de 20 milhões de pessoas, incluindo crianças, adolescentes, jovens, professores, gestores da educação e do meio ambiente.

Esse histórico de participação e engajamento demonstra a importância e o impacto positivo deste processo pedagógico na construção de uma consciência ambiental e cidadã em nosso país.

**Figura 5** – O Olhar da Educomunicação



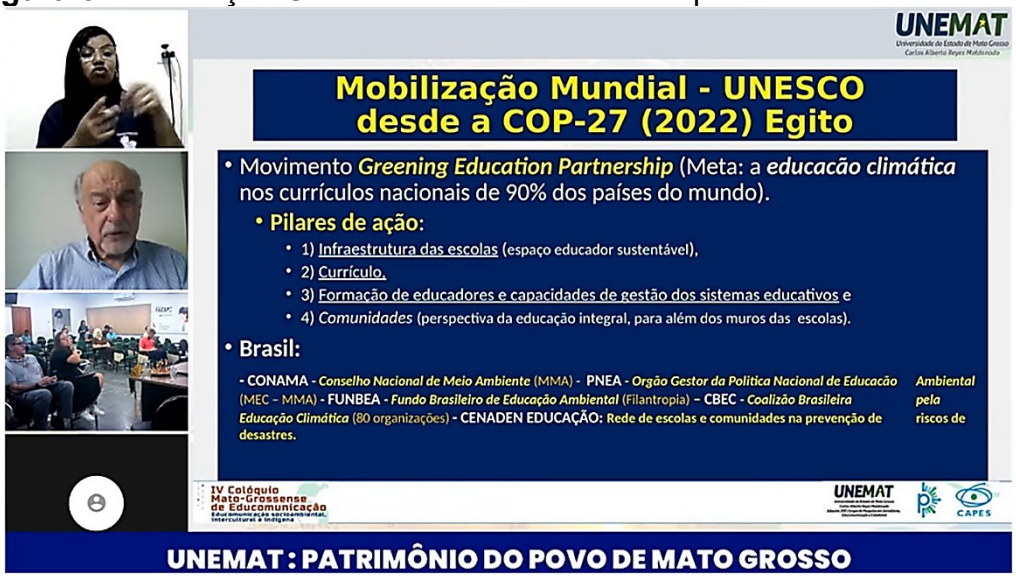

Fonte: @educomjor (YouTube, 2025).

A participação da juventude brasileira é incentivada através do diálogo, a partir da observação e da experiência de vida no local, no território onde o jovem vive, estuda, trabalha, realiza seus projetos de resiliência, e de transformação do meio ambiente local, com o objetivo de compartilhar esse conhecimento aos níveis subsequentes, ou seja, da Escola ao Município, do Município ao Estado, do Estado a Brasília. O objetivo principal era que o ministério recebesse por parte da juventude, propostas de ação. Esta é uma atitude essencialmente Educomunicativa. A Figura 5 destaca o vídeo O olhar da Educomunicação[8], cujo

[7] MINISTÉRIO da Educação. **CNIJMA**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cnijma Acesso em: 9 out. 2026.
[8] **O OLHAR DA EDUCOMUNICAÇÃO**. Episódio 1. Vídeo produzido para o VI CNIJMA (2025) e apresentado por Rachel Hidalgo. @cnijmafurg, YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=s2nvuE1-aPY Acesso em: 9 out. 2026.

conteúdo elucida sobre qual a comunicação estamos falando, sobre qual Meio Ambiente estamos nos referindo, e sobre os procedimentos comunicativos que podem colaborar com a infância, e com a adolescência para a produção de conhecimento, e a produção de projetos de defesa do Meio Ambiente. Desde a realização da COP 27, no Egito, a UNESCO[9] (Figura 6) procura desenvolver uma mobilização mundial através do movimento *Greening Education Partnership*[10], cuja meta é implantar a educação climática nos currículos nacionais, de 90% dos países do mundo. Crianças e jovens do mundo inteiro observando através da educomunicação, a nossa Terra, a nossa mãe-Terra, a nossa casa comum. Esse é o fato excepcional que nós precisamos ter em mente e precisamos estar atentos a ele. Os grandes líderes do movimento ambientalista estão entendendo que o tema pertence às novas gerações, porque a Terra que os adultos destruíram, e estão destruindo, pertence aos jovens, e eles têm que lutar pela preservação desta terra. Assim, a educomunicação chega exatamente para colaborar com a juventude para que essas novas gerações se envolvam com o projeto. Na verdade, não vamos ensinar às crianças o que é o Meio Ambiente e como protegê-lo, porque as crianças vão descobrir, e assim, elas próprias vão propor ações a partir dos seus territórios.

**Figura 6** – Educação Climática nos currículos dos países em todo o mundo




Fonte: @educomjor (YouTube, 2025).

[9] **UNESCO**. UNESCO's climate change education events at COP 27. 7 dec. 2023. Disponível em: https://www.unesco.org/en/sustainable-developmen/education/cop27 Acesso em: 9 out. 2026.
[10] **UNESCO**. Greening Education Partnership. 2026. Disponível em: https://www.unesco.org/en/sustainable-development/education/greening-future Acesso em: 9 out. 2026.

Os Pilares de Ação defendidos mundialmente pela UNESCO são:

1. Infraestrutura das Escolas (espaço educador sustentável);
2. Currículo;
3. Formação de educadores e capacidades de gestão dos sistemas educativos; e
4. Comunidades (perspectiva da educação integral, para além dos muros das escolas).

É possível observar que o Brasil durante os últimos 20 anos criou uma estrutura, estabeleceu órgãos e instituições que oferecem apoio a esse processo, por exemplo, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA-MMA); o órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA-MEC-MMA); o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FUNBEA); a Coalisão Brasileira pela Educação Climática (CBEC) [80 organizações]; e a Rede de escolas e comunidades na prevenção de riscos de desastres (CENADEN EDUCAÇÃO).

Todos esses órgãos, essas instituições, além de outros, todos estão a serviço de um grande projeto de Educação Ambiental no Brasil, através da Educomunicação. Não se trata de uma simples metodologia para trabalhar o assunto.

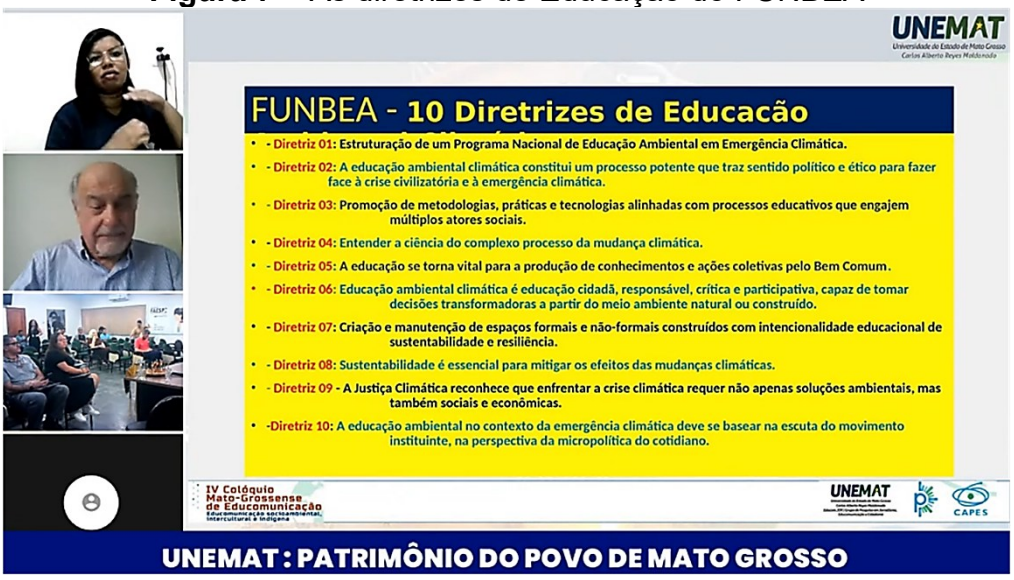


Estamos falando de um plano mundial de envolvimento das novas gerações em defesa do Meio Ambiente. Nós nos associamos à juventude para que essa juventude possa ter recursos, possa ter referenciais para avançar nessa luta.

O Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FUNBEA) estabelece as diretrizes[11] (Figura 7) para que os recursos advindos das ações populares possam realmente oferecer sustentação às grandes metas e possibilitar o avanço dos trabalhos.

[11] FUNBEA. **Diretrizes de Educação Ambiental Climática**. Relatório, 2023. Disponível em: https://www.funbea.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Relatorio_EA-na-EC_DiretrizesEducacaoAmbientalClimatica.pdf Acesso em: 9 out. 2026.

**Figura 7** – As diretrizes de Educação do FUNBEA



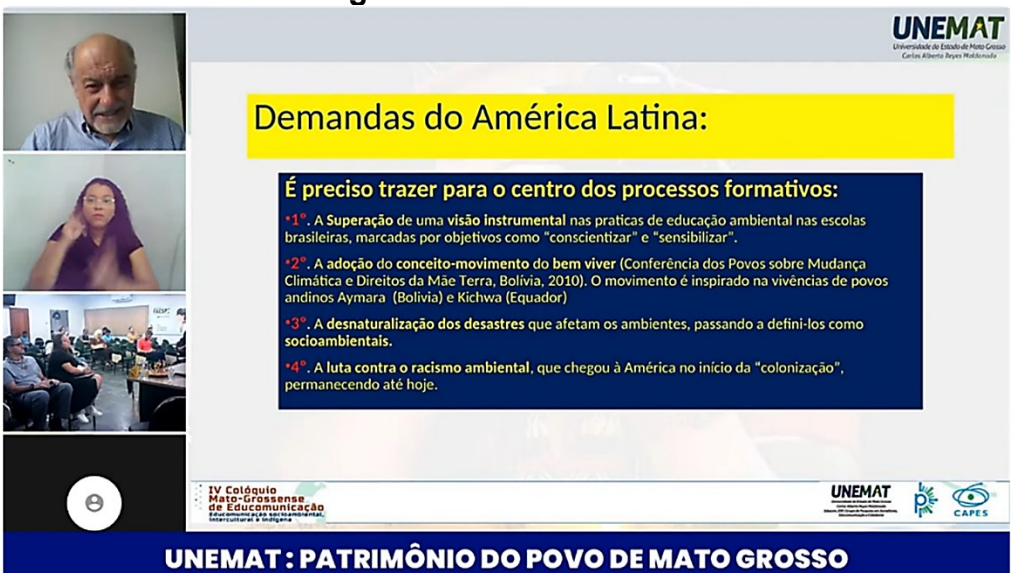
Fonte: @educomjor (YouTube, 2025).

A Diretriz 2, destaca que a própria Educação Ambiental Climática se constitui em um processo potente que traz sentido político e ético para fazer face à crise civilizatória e emergência climática. A Diretriz 3, observa a importância da promoção de metodologias, práticas e tecnologias alinhadas com processos educativos que engajem múltiplos atores sociais. A comunicação está para isso. No caso da Diretriz 5, a educação se torna vital para a produção de conhecimentos e ações coletivas pelo Bem Comum. A Diretriz 6, destaca que a educação ambiental climática é a educação cidadã, responsável, crítica e participativa capaz de tomar decisões transformadoras a partir do meio ambiente natural ou construído.



A Diretriz 7, trata da criação e manutenção de espaços formais e não formais, construídos com intencionalidade educacional de sustentabilidade e resiliência. A Diretriz 10, observa que a educação ambiental no contexto da emergência climática deve se basear na escuta do movimento instituinte, a partir da perspectiva da micropolítica do cotidiano. Um ponto importante a destacar é que a América Latina (Figura 8) também está envolvida nesse processo. Ao observamos os trabalhos acadêmicos e as práticas educativas que são desenvolvidas na América Latina, verifica-se que alguns pesquisadores destacam a necessidade de superação da visão instrumental nas práticas de Educação Ambiental nas escolas, especialmente, as nomeadas por adjetivos como conscientizar e sensibilizar.

**Figura 8** – América Latina




Fonte: @educomjor (YouTube, 2025).

O objetivo da Educação Ambiental observa que devemos ir além daquilo que se pensa como conteúdo educacional, porque ela é uma ação mobilizadora. Para que esse movimento ocorra faz-se necessário a articulação com as pessoas, com os grupos, para avançar através de programas de renovação, e programas de restauração do próprio Meio Ambiente. É preciso fazer com que as pessoas vivam esse processo, pratiquem esse processo, e planejem a partir desse processo. A segunda perspectiva demandada na América Latina, trata da adoção do conceito Movimento do Bem Viver, que nasce a partir da Conferência dos Povos sobre Mudança Climática e Direito da Mãe Terra, realizado na Bolívia, em 2010. O movimento boliviano do Bem Viver foi inspirado nas vivências dos povos andinos: Aimara, da Bolívia e Kua, do Equador. Nos últimos dez anos, as comunidades indígenas do Equador, do Peru, da Colômbia têm adotado a prática educomunicativa para envolver a sua própria juventude na luta pela preservação ambiental.

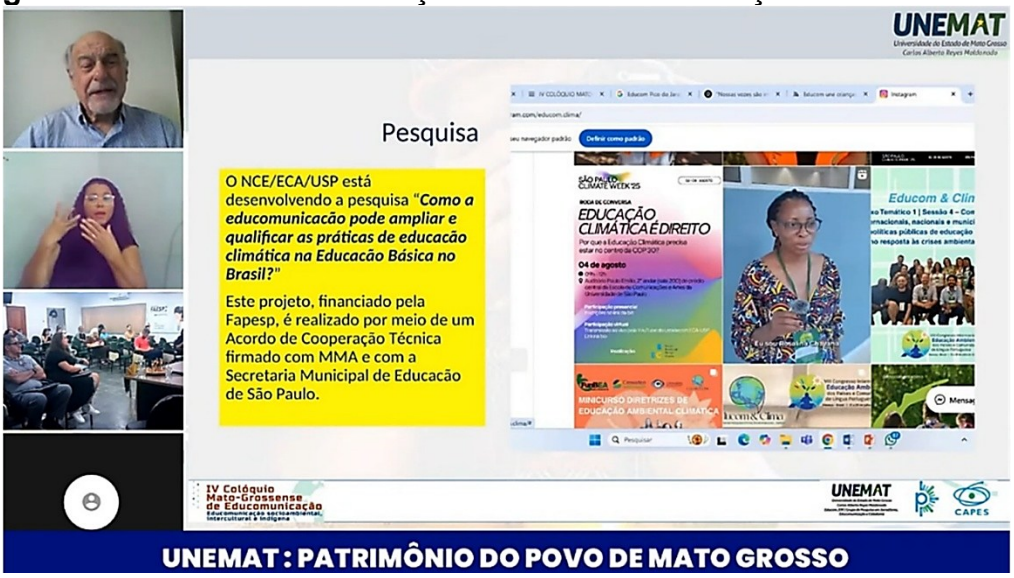


Na verdade, os indígenas que têm seus filhos nas escolas públicas desses países sentem que essas escolas não se envolvem de uma forma total e plena no debate e na transformação social exigida pela área da educação ambiental. Então, os próprios indígenas se apoderaram do conceito de educomunicação, e estão mobilizando as crianças e jovens para essa luta.

Um elemento importantíssimo também demandado pela América Latina, observa a desnaturalização dos desastres que afeta os ambientes, passando a

defini-los como desastres socioambientais, porque não são desastres apenas da natureza eles foram causados pela própria civilização.

**Figura 9** – NCE: Educomunicação Climática na Educação Básica no Brasil




Fonte: @educomjor (YouTube, 2025).

Sobre a América Latina é preciso destacar a luta que ocorre desde o início da colonização e que permanece até hoje. A questão das comunidades indígenas e quilombolas tem que ser levada em consideração. Eles precisam ser devidamente apoiados nessa luta, pela participação que sempre tiveram no desenvolvimento dos seus territórios. A cultura ancestral precisa estar junto da juventude, na reconstrução do meio ambiente do país e do mundo. A América Latina junto com o Brasil é um grande espaço acadêmico de produção de pesquisas e teses, principalmente com o apoio e orientação dos professores do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE)[12], da Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP). O NCE foi criado em 1996, e sistematizou o conceito de Educomunicação. Uma das pesquisas (Figura 9) do NCE financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)[13] e desenvolvida por meio de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do



[12] **NCE-USP**. Núcleo de Comunicação e Educação. Blog, 2026. Disponível em: https://nceusp.blog.br/quem-somos/ Acesso em: 9 out. 2026.
[13] **FAPESP**. Como a educomunicação pode ampliar e qualificar as práticas de educação climática na Educação Básica no Brasil? 2024-2026. Disponível em: https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/114145/como-a-educomunicacao-pode-ampliar-e-qualificar-as-praticas-de-educacao-climatica-na-educacao-basica/ Acesso em: 9 out. 2026.

Meio Ambiente (MMA) e a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, busca compreender Como a educomunicação pode ampliar e qualificar as práticas de educação climática na Educação Básica no Brasil?. Atualmente, esse projeto já conseguiu mapear mais de 200 ações no Brasil, bem como qualificou cerca de 14,5 mil educadores ambientais. Outro importante resultado desse projeto é o curso Educomunicação e Clima[14].

Muitos pesquisadores e pesquisadoras sobre a Educomunicação Climática na Educação Básica estão nas universidades do Estado de Mato Grosso e são essas pessoas que têm contribuído para o entendimento da natureza desse processo de reconstrução do mundo a partir da Educomunicação Ambiental.

São encontros acadêmicos como este, IV Colóquio Mato-Grossense de Educomunicação, que ajudam a comunicar as pesquisas para o Brasil e América Latina. No ano que vem estaremos comunicando os resultados de nossas pesquisas acadêmicas em Santarém, Pará, quando será realizado o XI Encontro Brasileiro de Educomunicação[15],

Ao longo dos últimos 20 anos construímos um suporte referencial epistemologicamente coerente que nos permite avançar a Educomunicação para patamares mais abrangentes.

O objetivo desta breve apresentação sobre educomunicação ambiental foi destacar as análises e as propostas que contribuíram para a expansão do conhecimento e da prática da Educomunicação Ambiental. Aproveito para alertar sobre o Movimento Nacional de Proteção Intercultural Indígena, especialmente para a Casa Comum, que ainda está se iniciando.

Este IV Colóquio de Educomunicação do Mato Grosso é parte importante da escada que estamos subindo no sentido de fornecer um referencial de educomunicação para o movimento de Educomunicação Ambiental no Brasil, na América Latina, e em outros países do mundo. Toda nossa pesquisa científica sobre o tema já é parte de um processo de revolução social, de revolução cultural,



[14] **SEB**. Educomunicação e Clima: Precisamos conversar sobre emergência climática nas escolas. Disponível em: https://avamec.mec.gov.br/v2/#/instituicao/seb/curso/18407/informacoes Acesso em: 9 out. 2026.
[15] Disponível em: https://www.even3.com.br/xi-encontro-brasileiro-de-educomunicacao-687436/ Acesso em: 9 out. 2026.

de revolução intercultural, e no caso, com a presença do Mato Grosso (Figura 10), de uma revolução com a presença indígena.

**Figura 10** – Educomunicação Socioambiental Intercultural e Indígena




Fonte: @educomjor (YouTube, 2025).

O que surgiu há vinte anos como um objeto de conscientização sobre a necessidade de mudança, hoje se converte em uma luta para o processo de resgate da Terra.

Além de levantar questões de natureza estrutural e técnica para analisar esse processo, atualmente estamos com a mão na massa para a promoção das mudanças. Estamos, portanto, em luta, em movimento da Educomunicação que nos conduz. E a perspectiva é que essa condução seja feita pela infância e pela juventude.



Para ilustrar o conhecimento adquirido durante estes anos de estudo educomunicativo sobre a educação socioambiental, com destaque para os povos indígenas, apresento uma experiência prática educomunicativa realizada pela professora Doutora Carmen Lúcia Melges Elias Gattás (conhecida como Carmen Gattás), uma das principais pesquisadoras e articuladoras do campo da Educomunicação e da Educação Ambiental em São Paulo.

Há mais de 20 anos Carmen Gattás trabalha para valorizar a cultura tradicional indígena (Figura 11) possibilitando o diálogo entre a juventude indígena do povo Guarani, no Pico de Jaraguá, na zona Oeste da capital paulista, com os

demais estudantes da cidade de São Paulo, a partir da perspectiva de revalorização da Terra em reconstrução.

**Figura 11** – Educomunicação Socioambiental Indígena (Jaraguá, SP)




Fonte: @educomjor (YouTube, 2025).

Em um espaço urbano, temos um morro com um grupo de indígenas trajando uma camiseta utilizada pelos alunos da rede pública municipal paulistana que trabalham a perspectiva educomunicativa socioambiental. O município de São Paulo abraçou a educomunicação como uma política, e implementou ações em 400 escolas municipais da capital paulista, onde a liderança está na mão das crianças e dos jovens.



Aproveitando a temática Indígena deste IV Colóquio Mato-Grossense de Educomunicação apresento uma foto (Figura 12) que eu tirei no Rio Tapajós, no Pará, em 2014. Foi durante a realização da Semana da Comunicação[16], em Santarém, Pará. A programação do evento acadêmico incluiu, além das palestras e debates, visitas a cerca de 19 comunidades indígenas, onde a prática educomunicativa conduzia as relações da infância e da juventude com o meio ambiente. Dentre essas localidades, destaco as comunidades ribeirinhas do Rio Tapajós, especialmente Capixauã e Suruacá[17], onde o grupo de pesquisadores e

[16] **CNBB**. Semana de Comunicação. 2014. Disponível em: https://www.cnbb.org.br/semana-da-comunicacao-em-santarem-discute-cultura-e-educacao/ Acesso em: 9 out. 2026.
[17] **ABPEducom**. Presidente da ABPEducom visita projetos educomunicativos em Santarém. 24 maio 2014. Disponível em: https://abpeducom.org.br/presidente-da-abpeducom-visita-projetos-educomunicativos-em-santarem/ Acesso em: 9 out. 2026.

educomunicadores foi recebido pelas lideranças e pelos próprios habitantes dos territórios, apresentando expressões culturais, artísticas e exposições das experiências vivenciadas, especialmente na área da Educomunicação. Em cada uma das apresentações foi possível registrar o resultado positivo que estava sendo alcançado pelos estudantes educomunicadores. Entre esses trabalhos destaco da Rádio Rural (Programa Rádio pela Educação[18]) e da organização Saúde e Alegria (Rede Mocorongo de Rádio[19]).

**Figura 12** – Educomunicação Ambiental em Suruacá (PA): Rádio Mocorongo




Fonte: @educomjor (YouTube, 2025).

Na foto é possível observar uma torre, que era o estúdio onde os meninos e as meninas entravam em contato com o restante do Brasil, a partir de uma conexão da internet.

No local, os jovens produziam as notícias e debatiam sobre as questões territoriais do Rio Tapajós, a partir da Rádio Mocorongo.

A palavra mocorongo tem vários significados diferentes, mas naquele local significa amigo, amizade. Outro projeto importante atualmente em desenvolvimento

[18] **Projeto Rádio pela Educação**. Disponível em: https://radiopelaeducacao.wordpress.com/ Acesso em: 9 out. 2026.
[19] **Rede Mocoronga de Rádio**. Disponível em: http://redemocoronga.org.br/ Acesso em: 9 out. 2026.

é o Educom Ponto Guarani[20] (Figura 13), em parceria com a Universidade Federal de Integração Latino-Americana (Unila)[21], em Foz do Iguaçu, Paraná.

**Figura 13** – Educom.Guarani (Unila, Foz do Iguaçu, PR)




Fonte: @educomjor (YouTube, 2025).

O Educom.Guarani reúne diferentes culturas nacionais, principalmente os jovens e crianças das comunidades originárias através da prática da Educomunicação. Chegou o momento dessas comunidades começar a nos ensinar. Chegou o momento de abrirmos espaços para que essas comunidades originárias nos conduzam numa jornada que visa resgatar o Meio Ambiente, após a destruição ambiental, no Brasil. Agradeço por ter sido convidado para fazer a abertura deste evento acadêmico, e nesse curto espaço de tempo, mas suficiente, peço para levantarmos a nossa voz e dizer o seguinte: “a Educação Ambiental a partir da Educomunicação não faz parte do ensino brasileiro, ela faz parte da revolução brasileira por um novo País, em que se respeite, e se resgate a belíssima natureza que temos, que Deus nos deu e que nós estamos destruindo ao longo dos séculos passados”.

Bem-vindos aos jovens educomunicadores. Bem-vindas às crianças educomunicadoras. Bem-vindas às crianças indígenas educomunicadoras.

Muito obrigado!



[20] Educom.Guarani. Disponível em: https://www.educomguarani.com/ Acesso em: 9 out. 2026.
[21] Universidade Federal de Integração Latino-Americana. Educom.Guarani. Disponível em: https://portal.unila.edu.br/informes/projeto-de-extensao-201ceducom-guarani201d Acesso em: 9 out. 2026.